

Relatório de Desempenho 2022

Banco do Estado de Sergipe S/A | Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe



BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T2022 E DE 2022

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 27 de fevereiro de 2022. O Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE ("Banese" ou "Banco"), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T2022 e o ano de 2022. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço <https://ri.banese.com.br/>.

BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 75,5 MI ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

Destaque do 4T22

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T21 (12M)

- Operações de Crédito cresceram R\$ 192,4 milhões (+5,8%);
- Ativos totais totalizaram R\$ 7,8 bilhões (+6,0%);
- Receitas totais cresceram R\$ 384,9 milhões (+38,5%);
- Captações Totais atingiram R\$ 6,8 bilhões (+6,1%);
- Ativos líquidos de crédito registraram R\$ 3,4 bilhões (+5,1%).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ MILHÕES



Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T22 (3M)

- Patrimônio Líquido de R\$ 595,6 milhões (+2,3%);
- Resultado Operacional com incremento de R\$ 41,1 milhões (+328,8%);
- Margem Líquida com incremento de 13,9 pp;
- Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 29,3%.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ MILHÕES



Contato de Relações com Investidores
Aleixo de Oliveira Rezende
 Diretor Executivo
 +55 (79) 3218-1200
ri@banese.com.br

Ítem Patrimonial - R\$ milhões	4T22	4T21	V12M	4T22	3T22	V3M
Ativos Totais	7.760,9	7.319,5	▲ +6,0%	7.760,9	8.055,4	▼ -3,7%
Operações de Crédito	3.528,2	3.335,8	▲ +5,8%	3.528,2	3.562,8	▼ -1,0%
Aplicações Financeiras (1)	3.450,6	3.328,7	▲ +3,7%	3.450,6	3.742,2	▼ -7,8%
Captações Totais	6.840,2	6.448,7	▲ +6,1%	6.840,2	7.123,5	▼ -4,0%
Patrimônio Líquido	595,6	561,3	▲ +6,1%	595,6	582,3	▲ +2,3%

Ítem de Resultado - R\$ milhões	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Receitas Totais	1.384,9	1.000,0	▲ +38,5%	379,5	361,4	▲ +5,0%
Resultado Bruto Interm. Financeira	385,7	427,1	▼ -9,7%	112,3	97,2	▲ +15,5%
Resultado Operacional (2)	89,8	150,2	▼ -40,2%	53,6	12,5	▲ +328,8%
Margem Financeira (3)	522,3	499,0	▲ +4,7%	142,1	131,3	▲ +8,2%
EBITDA (4)	118,1	152,4	▼ -22,5%	60,7	21,7	▲ +179,3%
Lucro Líquido	75,5	83,7	▼ -9,8%	55,9	3,0	▲ +1.763,3%
Receita Líquida de Juros (NIL) (5)	485,9	468,8	▲ +3,6%	128,6	121,2	▲ +6,1%
Receita de Serviços	125,4	129,1	▼ -2,9%	31,9	32,5	▼ -1,8%
Despesas com Provisões (PCLD)	205,2	147,5	▲ +39,1%	41,8	59,1	▼ -29,3%
Despesas Administrativas	397,5	368,3	▲ +7,9%	106,2	99,7	▲ +6,5%
Margem Líquida (6)	5,5%	8,3%	▼ -2,8 pp.	14,7%	0,8%	▲ +13,9 pp.
Margem EBITDA (7)	8,5%	15,2%	▼ -6,7 pp.	16,0%	6,0%	▲ +10,0 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,18%	1,21%	▼ -0,03 pp.	1,18%	1,63%	▼ -0,45 pp.
Índice de Basileia	13,57%	13,15%	▲ +0,42 pp.	13,57%	12,73%	▲ +0,84 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) (8)	6,6%	6,9%	▼ -0,3 pp.	1,8%	1,6%	▲ +0,2 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROA) (9)	0,9%	1,2%	▼ -0,3 pp.	0,9%	0,3%	▲ +0,6 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (10)	13,1%	15,7%	▼ -2,6 pp.	13,1%	4,5%	▲ +8,6 pp.
Índice de Eficiência (11)	77,8%	66,2%	▲ +11,6 pp.	73,6%	76,9%	▼ -3,3 pp.
Índice de Provisão	4,7%	4,1%	▲ +0,6 pp.	4,7%	4,7%	ND
Índice de Cobertura Adm. (12)	31,6%	35,0%	▼ -3,4 pp.	30,1%	32,6%	▼ -2,5 pp.
Índice de Cobertura Folha (13)	67,6%	74,0%	▼ -6,4 pp.	64,2%	73,1%	▼ -8,9 pp.

- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados
- Receita Operacional - Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionais).
- Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.
- Resultado Operacional - Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.
- Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) - Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).
- Lucro Líquido / Receita Total.
- EBITDA / Receita Total.
- Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).
- Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).
- Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).
- Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) *.
- Receita de Serviços / Despesas Administrativas.
- Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tornar reais por motivos intrínsecos ou extrínsecos à Companhia. Palavras como "acreditar", "antecipar", "desejo", "prever", "esperar" e similares, pretendem identificar informações que necessariamente envolvem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são limitados ao impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços no mercado, mercado competitivo, aspectos macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulatório e legal, flutuações de moedas, inflação e taxas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese.

Este relatório está atualizado até a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

*Alteração de metodologia no 2T2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Enquanto a economia mundial continua piorando, devido à alta inflação, juros em elevação e desaquecimento do nível de atividade, os índices da atividade econômica brasileira já retornaram a patamares pré-pandemia, o que influenciou fortemente os fatores de crescimento do país. O IPEA revisou a previsão de crescimento para o PIB de 2022 no patamar de 3,1%, junto à inflação oficial de 5,79% em 2022, muito acima do centro da meta. A dura política monetária (dando ao Brasil o maior juro nominal do G20), levou o Brasil, mesmo distante da meta, a ser a sexta menor inflação do G20, principalmente dada à espiral inflacionária ao redor do mundo. No país observa-se que o desemprego tem caído sem que os salários e a produtividade aumentem, de maneira que a mão de obra tem sido alocada em setores de menor rendimento, sinalizando dificuldade de recompor o poder de compra da população e sua capacidade creditícia. O desemprego chegou ao menor nível em 7 anos, fechando 2022 em 8,1%. Diante deste cenário, o desempenho da Companhia foi afetado pela elevação do custo operacional, que foi diretamente impactado pela alta da inflação e da taxa básica de juros da economia - Selic, com destaque para elevação da inadimplência, das despesas com provisões para operações de crédito e do resultado de equivalência patrimonial.

Ainda assim, seguimos investindo fortemente no desenvolvimento tecnológico do Conglomerado, para melhor adaptação às exigências de mercado, com destaque a disponibilização para os clientes do banco digital Desty e o lançamento da solução de pagamentos Mulvi Pay, visando cumprir a nossa missão de simplificar a vida das pessoas com soluções financeiras inovadoras, e a nossa visão de ser reconhecido pela contribuição no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuamos. Dirigimos especial reconhecimento aos nossos colaboradores pelo compromisso com a perenidade do Banese mesmo diante de um panorama tão adverso. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

Ativos	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Total de Ativos por Tipo - R\$ milhões					
Ativos de Crédito	3.528,2	3.335,8	▲ +5,8%	3.562,8	▼ -1,0%
(-) Provisões	-165,0	-135,7	▲ +21,6%	-168,5	▼ -2,1%
Ativos Líquidos de Crédito	3.363,2	3.200,1	▲ +5,1%	3.394,3	▼ -0,9%
Aplicações Financeiras	2.950,3	2.959,7	▼ -0,3%	3.382,7	▼ -12,8%
Créditos Vinculados	693,4	471,6	▲ +47,0%	481,9	▲ +43,9%
Permanente	165,0	177,6	▼ -7,1%	168,0	▼ -1,8%
Outros	589,0	510,5	▲ +15,4%	628,5	▼ -6,3%
Total	7.760,9	7.319,5	▲ +6,0%	8.055,4	▼ -3,7%

Os ativos totais do Banese chegaram a marca dos R\$ 7,8 bilhões ao final do 4T22, com crescimento de 6,0% em 12 meses, no qual destaca-se o crescimento no saldo dos ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 5,1% em 12M (R\$ +163,1 milhões), registrando uma carteira de R\$ 3,4 bilhões ao final do exercício.

O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência do crescimento da carteira e da piora de ratings de operações de crédito. No trimestre, a ligeira redução no saldo de provisão está associada à redução do saldo da carteira, que, além das amortizações, foi impactado pelas baixas em prejuízo na carteira de Crédito Comercial, com destaque para as operações de capital de giro pessoa jurídica e crédito pessoal (CDC) pessoa física.

No encerramento do 4T22, os ativos líquidos de crédito representaram 43,3% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 38,0%. Em 12 meses os ativos líquidos de crédito reduziram sua participação em 0,4 pp., enquanto as aplicações financeiras reduziram em 2,4 pp. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,2 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 3,9 pp.

Em relação aos créditos vinculados, a variação observada em 12 meses (R\$ +221,5 milhões), impulsionada no último trimestre (R\$ +211,5 milhões), é decorrente do aumento do saldo do exigível sobre depósitos à vista (R\$ 41,4 milhões) e depósitos de poupança (R\$ 133 milhões), impactado, principalmente, pelo término da dedução oriunda de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE, aumento do saldo mantido junto ao Banco Central para fazer frente aos Pagamentos Instantâneos - PIX (R\$ 30,7 milhões) e da redução de provisão de Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (17,9 milhões, resultante da migração da situação do contrato para validado e de atualização das estimativas razoáveis que mensuram tais provisões). O Ativo Permanente apresentou decremento em 12 meses (R\$ -12,6 milhões) e no trimestre (R\$ -3,0 milhões), atribuídos, principalmente, ao impacto da incorporação de resultados da MULVI Instituição de Pagamentos S.A., empresa pertencente ao conglomerado Banese e da depreciação do imobilizado, tendo seu efeito suavizado com o crescimento do intangível.

Captações

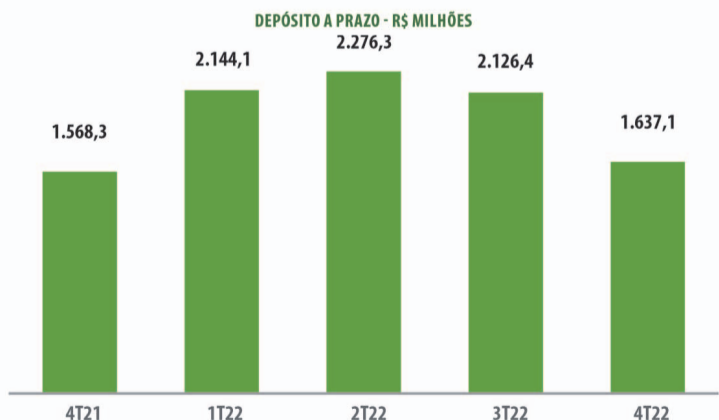
Captações	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Total de Captações por Linha de Produtos - R\$ milhões					
Depósitos à Vista	1.185,2	1.158,4	▲ +2,3%	1.092,8	▲ +8,5%
Poupança	2.034,5	1.937,9	▲ +5,0%	1.968,0	▲ +3,4%
Depósitos Judiciais	1.546,0	1.287,3	▲ +20,1%	1.490,6	▲ +3,7%
CDB/RDB	1.637,1	1.568,3	▲ +4,4%	2.126,4	▼ -23,0%
CDI/DPGE	146,5	152,0	▼ -3,6%	124,5	▲ +17,7%
LFL/FS/LO	166,6	186,8	▼ -10,8%	176,4	▼ -5,6%
Compromissadas	15,4	13,0	▲ +18,5%	16,7	▼ -7,8%
Obrigações de Repasses	108,9	145,0	▼ -24,9%	128,1	▼ -15,0%
Total	6.840,2	6.448,7	▲ +6,1%	7.123,5	▼ -4,0%

Apesar do crescimento de 6,1% em 12M, reflexo, principalmente, do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +258,7 milhões), depósitos de poupança (R\$ +96,6 milhões) e a prazo (R\$ +68,8 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou redução de 4,0% (R\$ -283,3 milhões), resultante principalmente da retração nos depósitos a prazo de governo (R\$ -489,3 milhões). O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou redução de 3,6% nos últimos 12 meses (R\$ -5,5 milhões), em decorrência de vencimentos não renovados em DPGE, mesmo com aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito rural que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros; e crescimento de 17,7% no último trimestre, em decorrência do aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito imobiliário que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros. O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 11,5% em 12M (R\$ +14,5 milhões) e de 2,3% no último trimestre (R\$ +3,2 milhões), ambos resultantes da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 35,1% (R\$ -11,0 milhões) em 12M, decorrente de vencimentos não renovados, e elevação de 3,4% em 3M, resultante da remuneração do estoque. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 80,3% em 12M (R\$ -23,7 milhões), e de 69,8% no trimestre (R\$ -13,5 milhões), decorrentes de vencimentos não renovados.

Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

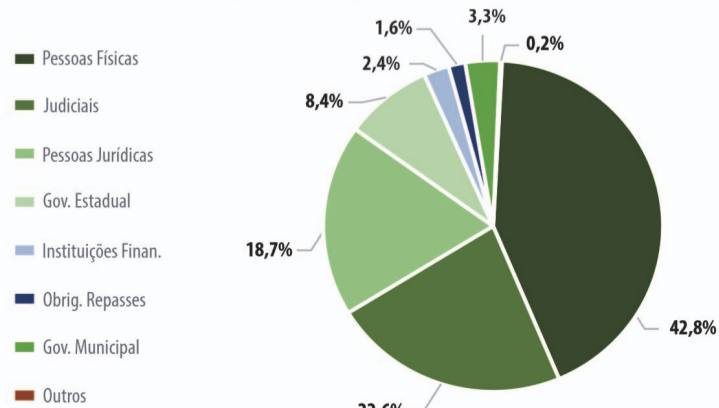
Os depósitos a prazo atingiram R\$ 1,6 bilhão em dezembro de 2022, apresentando crescimento de 4,4% (R\$ +68,8 milhões) em 12 meses, decorrente da elevação das captações do governo, pessoas físicas e jurídicas, e recuo de -23,0% (R\$ -489,3 milhões) no trimestre, impactado pela redução da captação do governo.

A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.

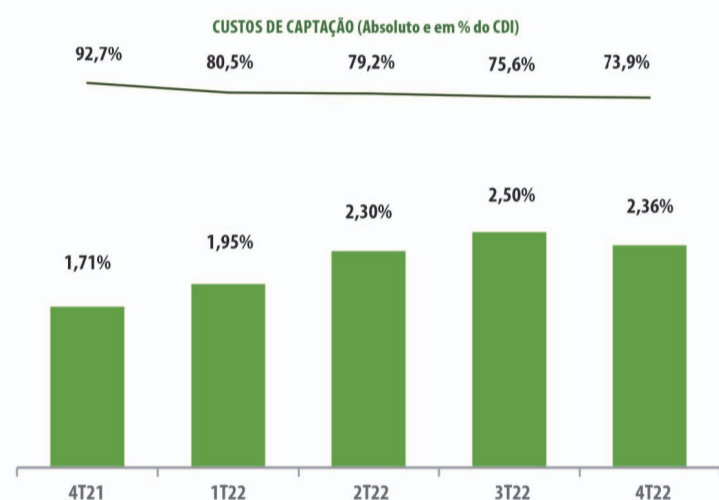


Maiores Fontes de Captação (% do total)

A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 42,8% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 22,6% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por 18,7% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.



O custo de captação absoluto apresentou decréscimo de 0,14 pp. entre o 4T22 e o 3T22, em decorrência da menor quantidade de dias úteis no período e, na comparação com o 4T21, aumento de 0,65 pp., em decorrência do aumento da taxa SELIC Meta, que remunera a maior parte da captação pós-fixada. Em termos relativos de CDI, a redução apresentada no 4T22 é proveniente do aumento de participação das captações de poupança e depósito judicial, bem como da leve redução do custo na captação dos depósitos a prazo e, em 12 meses, decore, além do supracitado, da redução da inflação, do aumento da taxa SELIC Meta e da relatividade das taxas prefixadas, mesmo com o aumento do custo das captações em termos financeiros.



Crédito	Carteira de Crédito por Tipo - R\$ milhões				
	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M
Carteira Comercial	2.516,1	2.359,3	▲ +6,6%	2.523,0	▼ -0,3%
Para Pessoas Físicas	2.096,4	1.805,3	▲ +16,1%	2.061,0	▲ +1,7%
Para Pessoas Jurídicas	419,7	554,0	▼ -24,2%	462,0	▼ -9,2%
Carteira de Desenvolvimento	738,1	707,1	▲ +4,4%	772,5	▼ -4,5%
Para Pessoas Físicas	609,8	570,6	▲ +6,9%	633,8	▼ -3,8%
Para Pessoas Jurídicas	128,3	136,5	▼ -6,0%	138,7	▼ -7,5%
Títulos e Créditos a Receber	274,0	269,4	▲ +1,7%	267,3	▲ +2,5%
Total	3.528,2	3.335,8	▲ +5,8%	3.562,8	▼ -1,0%

(*) Modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 3,5 bilhões de ativos, registrando um crescimento de 5,8% na comparação anual, e redução de 1,0% quando comparado ao último trimestre. Na sua composição, R\$ 2,5 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 6,6% em 12 meses, e apresentou leve redução de 0,3% no último trimestre.

O incremento no saldo aplicado da carteira de crédito comercial do Banese deve-se, sobretudo, à estratégia organizacional de vendas, com ações direcionadas para o crédito nos canais digitais, realização de convênios com novas empresas e órgãos públicos, ações junto aos Correspondentes no País para impulsionar a concessão de crédito, além da retenção e compra de dívida para servidores ativos e inativos do Estado de Sergipe e Prefeituras.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento Pessoa Física alcançou o saldo de R\$ 2,1 bilhões ao final do 4T22, crescimento de 16,1% em 12 meses e de 1,7% no trimestre. Destaque para as linhas de consignação, que registraram saldo aplicado de R\$ 1,5 bilhão, e incrementos de 19,4% em 12 meses (R\$ +236,1 milhões) e de 4,2% no trimestre (R\$ +58,8 milhões), contribuindo assim com a elevação da carteira de menor risco.

A carteira de crédito comercial destinada a Pessoas Jurídicas registrou decremento de 24,2% em 12M e 9,2% em 3M, em razão da redução das operações de financiamento a capital de giro, amortizações e baixas para prejuízo.

O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito com recursos livres de Sergipe, 34,1% de participação, segundo dados do Banco Central do Brasil (novembro/2022). A exposição é focada em operações de varejo, com destaque para créditos consignados, vinculados a salários e direcionados a pequenas e médias empresas.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, financiamento e rural, representou 20,9% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R\$ 738,1 milhões ao final do 4T22. Em 12 meses, o crescimento de 4,4% foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras rural (+12,2%) e imobiliária (+8,0%). No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou decremento de 4,5%, influenciado por operações na carteira de financiamentos (-16,2%) e crédito rural (-10,2%).

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R\$ 4,6 milhões em 12 meses e de R\$ 6 milhões no último trimestre, motivado pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito no período.

Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco	R\$ milhões		Variação	% Carteira		Variação
	4T22	4T21		4T22	4T21	
AA	1.619,4	1.371,8	▲ +18,0%	45,9%	41,1%	▲ +4,8 pp.
A	1.161,2	1.098,9	▲ +5,7%	32,9%	32,9%	ND
B</						

Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos de baixo risco e conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T22 foi 105,76% do CDI, inferior à de 106,45% do CDI no 3T22, em decorrência da não renovação de posições em títulos privados. Em 12 meses, a rentabilidade atual foi inferior à de 109,34% do CDI no 4T21, decorrente, além do motivo supracitado, da renovação de alocações com taxas de remuneração inferiores diante do aumento absoluto da taxa de juros do país.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Receitas

Abertura das Receitas – R\$ milhões						
	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Receitas de Crédito	652,4	548,9	▲ +18,9%	170,3	165,9	▲ +2,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	406,3	139,1	▲ +192,1%	103,4	118,2	▼ -12,5%
Receitas de Prestação de Serviços	125,4	128,9	▼ -2,7%	31,9	32,5	▼ -1,8%
Receitas de Participações	2,8	9,1	▼ -69,2%	0,5	0,0	▼ +100,0%
Outras Receitas Operacionais	198,0	174,0	▼ +13,8%	73,4	44,8	▼ +63,8%
Total	1.384,9	1.000,0	▲ +38,5%	379,5	361,4	▲ +5,0%

As receitas do Banese totalizaram R\$ 1.384,9 milhões em 2022, 38,5% acima das receitas totais de 2021. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de aplicações financeiras (R\$ +267,2 milhões), consequente, sobretudo, do aumento da taxa básica de juros no país; e nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R\$ 103,5 milhões, diretamente influenciado pelo aumento da carteira. As outras receitas operacionais apresentaram incremento de R\$ 28,6 milhões e de R\$ 24,0 milhões no 4T22 e no exercício 2022, respectivamente, diretamente influenciadas pelas rendas oriundas de reversões e registros de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, reversão de passivo atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, reversão de provisão referente à Lei do Bem de 2019, reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese e atualização de precatórios.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 31,9 milhões ao final do 4T22 e acumularam R\$ 125,4 milhões no ano. No comparativo com o último trimestre observamos um decréscimo de 1,8%, ocasionado pela queda nas receitas com convênios; e em 12 meses a queda registrada foi de 2,7%, impactada principalmente pela redução nas tarifas de empréstimo comercial.

No sentido de criar novas fontes de receitas para se manter competitivo no mercado bancário, o Banese vem desenvolvendo ferramentas necessárias para disponibilizar aos clientes os serviços vinculados aos pagamentos instantâneos – Pix, cuja tarifação é permitida (Pix Cobrança, Pix Saque, Pix Troco e Pix Arrecadação).

Custos e Despesas

Custos Diretos das Operações – R\$ milhões						
	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Despesas de Captação	541,4	199,9	▲ +170,8%	137,7	154,1	▼ -10,6%
Resultado de TVM	1,0	3,6	▼ -69,4%	0,1	0,0	▶ ND
Desp. Obrigações p/Empréstimos	10,6	11,9	▼ -10,9%	2,5	2,4	▲ +4,2%
Total	553,1	215,4	▲ +156,8%	140,3	156,5	▼ -10,4%

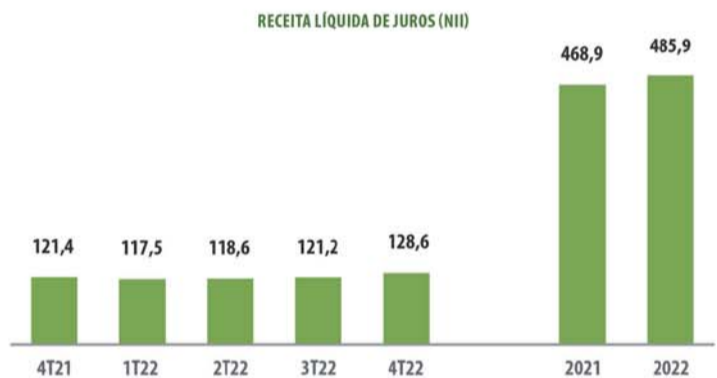
Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 156,8% (R\$ +337,7 milhões) entre os anos de 2022 e 2021, diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia – Selic e ao incremento do volume médio captado no período. No trimestre apresentaram decréscimo de 10,4% (R\$ -16,2 milhões) impactado pela redução do volume médio da captação em depósito a prazo.

As despesas de captação apresentaram redução 10,6% (R\$ -16,4 milhões) no trimestre, decorrente do motivo supracitado. Na variação anual, crescimento de 170,8% (R\$ 341,5 milhões) diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia – Selic Meta, destacando-se a elevação dos custos associados aos Depósitos a Prazo, de Poupança e Judiciais.

Receita Líquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 6,1% na variação do trimestre e de 3,6% na variação em 12 meses.

O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório. No trimestre o resultado foi influenciado, principalmente, pela redução nas despesas com captação.



Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões						
	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Salários	110,4	105,9	▲ +4,2%	28,2	26,5	▲ +6,4%
Benefícios	25,6	22,5	▲ +13,8%	8,2	5,7	▲ +43,9%
Encargos Sociais	48,4	45,4	▲ +6,6%	12,9	12,0	▲ +7,5%
Treinamentos e Outros	1,2	0,5	▲ +140,0%	0,4	0,3	▲ +33,3%
Total	185,6	174,3	▲ +6,5%	49,7	44,5	▲ +11,7%

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de 6,5% em 12 meses (R\$ +11,3 milhões) e de 11,7% (R\$ +5,2 milhões) nos últimos três meses. Em 2022, ocorreu a contratação de 183 funcionários aprovados em concursos públicos realizados em 2021 e 2022 (157 Técnicos Bancário I e 26 Técnicos Bancário III) e de 06 novas pessoas admitidas no 4T2022, como contrapartida houve 149 desligamentos, principalmente, decorrente do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA. Houve também reajuste salarial e pagamento de abono firmados em Convenção Coletiva Nacional e Acordo Coletivo específico do Banese, respectivamente.

O índice de cobertura de folha registrado em 2022 foi de 67,6%, 6,4 pp. abaixo do índice registrado em 2021. No trimestre houve redução de 8,9 pp. Para a cobertura das despesas administrativas foi registrado um índice de 31,6% em 2022, variando em -3,4 pp. no ano, e no 4T22 foi registrado índice de 30,1%, -2,5 pp. em relação ao 3T22.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões						
	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Serviços de Terceiros	109,9	91,8	▲ +19,7%	29,0	31,4	▼ -7,6%
Consumo, Manutenção e Materiais	21,4	21,5	▼ -0,5%	5,1	5,0	▲ +2,0%
Serviços Financeiros e Processamento de Dados	43,3	39,5	▲ +9,6%	14,0	11,2	▲ +25,0%
Seguros	3,5	4,0	▼ -12,5%	0,6	0,7	▼ -14,3%
Transportes de Numerário	9,9	10,6	▼ -6,6%	1,5	2,2	▼ -31,8%
Tributárias	1,9	1,1	▲ +72,7%	0,2	0,3	▼ -33,3%
Despesas Outras	22,0	25,4	▼ -13,4%	6,0	4,5	▲ +33,3%
Total	211,9	193,9	▲ +9,3%	56,4	55,3	▲ +2,0%

As outras despesas administrativas apresentaram incremento de 9,3% em 12 meses (R\$ +18,0 milhões), destacando-se os grupos de Serviços de Terceiros (com Assessorias Técnicas) e Serviços Financeiros e Processamento de Dados (com custos com manutenção de softwares e execução de serviços de tecnologia). No último trimestre o incremento foi de 2,0% (R\$ +1,1 milhão), com destaque para os grupos de Serviços Financeiros e Processamento de Dados (custos com numerário BB e manutenção de softwares) e Despesas Outras (com Promoções e Relações Públicas – patrocínios e doações).

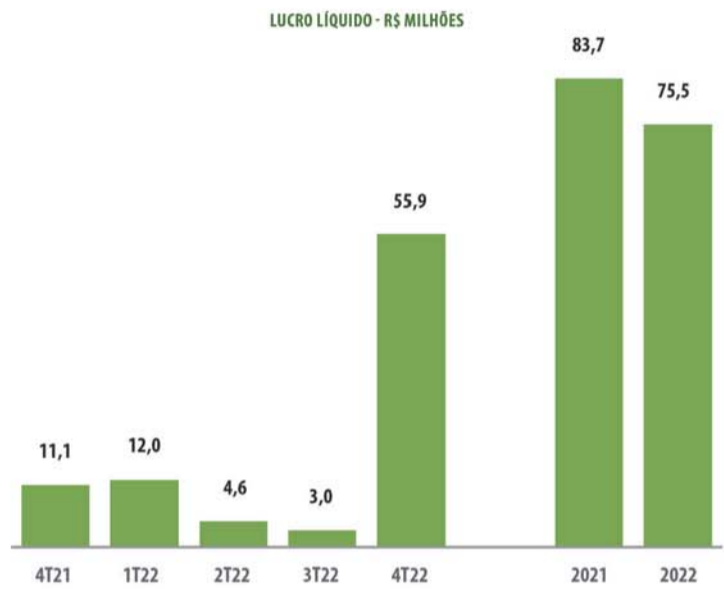
Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões						
	2022	2021	V12M	4T22	3T22	V3M
Amortização e Depreciação	11,3	14,0	▼ -19,3%	2,9	2,8	▲ +3,6%
Provisões p/ Operações de Crédito	205,2	147,5	▲ +39,1%	41,8	59,1	▼ -29,3%
Desvalorização de Créditos	12,0	3,2	▲ +275,0%	6,1	0,5	▲ +1120,0%
Provisões Passivas	19,8	28,0	▼ -29,3%	6,0	5,5	▲ +9,1%
Convênio com Tribunal de Justiça	17,1	17,2	▶ ND	4,6	4,4	▲ +4,5%
ISS, PIS, COFINS	38,6	36,0	▲ +7,2%	10,4	9,6	▲ +8,3%
Descontos Concedidos	0,4	4,5	▼ -92,0%	0,1	0,1	▶ ND
Participação nos Lucros e Resultados	11,6	12,4	▼ -6,5%	6,8	2,1	▲ +223,8%
Despesas de Participações	19,7	3,8	▲ +418,4%	4,7	6,4	▼ -26,6%
Outras Operacionais Diversas	19,8	18,2	▲ +8,8%	2,7	4,2	▼ -35,7%
Total	355,6	284,8	▲ +24,9%	86,1	94,7	▼ -9,1%

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou incremento de R\$ 70,9 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para as despesas com provisões para operações de crédito (R\$ +57,7 milhões); Provisão para Desvalorização de Créditos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (R\$ +8,8 milhões); e Despesas de Participações (R\$ +15,9 milhões) decorrente do resultado de equivalência patrimonial da MULVI – Instituições de Pagamento S.A., afetado, em especial, pelo aumento da inadimplência do cartão de crédito.

A diminuição nas despesas com Provisões para Operações de Crédito no trimestre foi decorrente da redução da exposição em carteiras que vinham apresentando deterioração da qualidade creditícia. Na variação anual, o incremento na despesa de provisão é decorrente, principalmente, da piora de ratings de operações de crédito da carteira comercial.

Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pelo Banese em 2022 foi de R\$ 75,5 milhões, 9,8% inferior ao resultado de 2021, impactado pelo aumento do custo de captação, da inadimplência e das despesas com Provisões para Operações de Crédito no cenário econômico adverso marcado pela escalada da taxa Selic e pela forte pressão inflacionária. No 4T22, o lucro líquido foi R\$ 55,9 milhões, R\$ 52,9 milhões acima do resultado do 3T22 e R\$ 44,8 milhões superior ao resultado registrado no 4T21. A evolução do resultado de 2022 é reflexo positivo do crescimento das receitas de operações de crédito, em especial da carteira comercial, e das receitas de aplicações financeiras, destacando-se ainda: (i) as contenções do orçamento financeiro das despesas administrativas, a fim de buscar neutralizar o aumento do custo operacional decorrente do citado cenário econômico adverso; (ii) as estratégias de inovação que, além de propiciarem ao Banese melhoria de eficiência dos seus negócios e expansão geográfica e digital, permitem retorno dos projetos de inovação através da Lei do Bem, que é um incentivo fiscal que concede redução de IRPJ e CSLL; (iii) atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVS; (iv) superávit atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual não se enquadra para reconhecimento de ativo; (v) de reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese; e (vi) economia tributária oriunda da distribuição de Juros sobre Capital Próprio.



Patrimônio Líquido

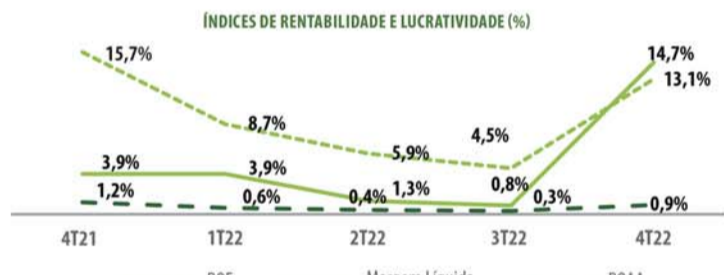
O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 6,1% no período de 12 meses e em 2,3% no último trimestre. As variações observadas são consequência da incorporação à reserva de lucros do resultado do período e da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP.



Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Em 12 meses, a Margem Líquida apresentou aumento, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) apresentaram redução.

No último trimestre, observa-se melhoria nos índices registrados, consequência dos resultados apresentados neste relatório.



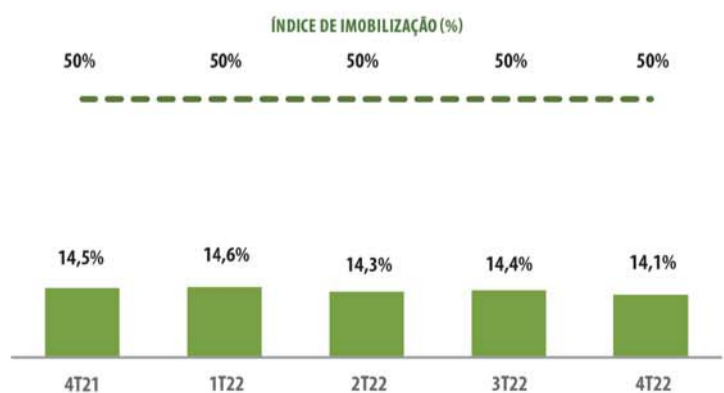
Capitalização e Basileia – R\$ milhões						
	4T22	4T21	V12M	3T22	V3M	
Índices e Capitalização	13,57%	13,15%	▲ +0,42 pp.	12,73%	▲ +0,84 pp.	
Índice de Capital Próprio	10,97%	10,72%	▲ +0,25 pp.	10,29%	▲ +0,68 pp.	
Índice de Capital Nível I	10,97%	10,72%	▲ +0,25 pp.	10,29%	▲ +0,68 pp.	
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,50%	10,00%	▲ +0,50 pp.	10,50%	▶ ND	
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	69,6	119,8	▼ -41,92%	33,6	▲ +107,08%	

O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,57% ao final do 4T de 2022, o que representa um incremento de 0,84 pp. quando comparado ao trimestre anterior, devido principalmente ao resultado acumulado do exercício, seguido pela redução dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito em 4,31% (R\$ 191,6 milhões).

Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T22 em 14,1%, apresentando uma involução de 0,23 pp., quando comparado ao índice observado no 3T22, em virtude do aumento do Patrimônio de Referência.

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.



Ratings

A Fitch Ratings afirmou, em 13 de junho de 2022, o Rating Nacional de Longo Prazo do Banese em 'AA-(bra)', com Perspectiva Estável; e o Rating Nacional de Curto Prazo em 'F1+(bra)'. Os ratings nacionais do Banese refletem a opinião da Fitch de que, caso necessário, o banco receberia o suporte de seu acionista controlador, o estado de Sergipe, cujo perfil de crédito é avaliado internamente pela agência. A Fitch acredita que o Banese é estrategicamente importante para Sergipe, por ser o principal agente financeiro do governo local e ter significativa participação de mercado em créditos e depósitos no estado. Para a agência, o porte da instituição em relação à capacidade financeira de Sergipe exerce alta influência nos ratings. Ainda segundo a agência, o banco apresenta modelo de negócios estável e indicadores econômico-financeiros adequados. Já a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") rebaixou, em 08 de julho de 2022, o rating de emissor para A+-br de AA-(bra), o rating de depósito de longo prazo

para A+-br de AA-(bra), e afirmou o rating de depósito de curto prazo de ML A-1-br. A perspectiva é estável. O rebaixamento reflete, dentre outros fatores, a persistência das pressões geradas pelo aumento da inadimplência da carteira de crédito do Banco, bem como a manutenção dos níveis de capital relativamente baixos quando comparado ao praticado pelo mercado.

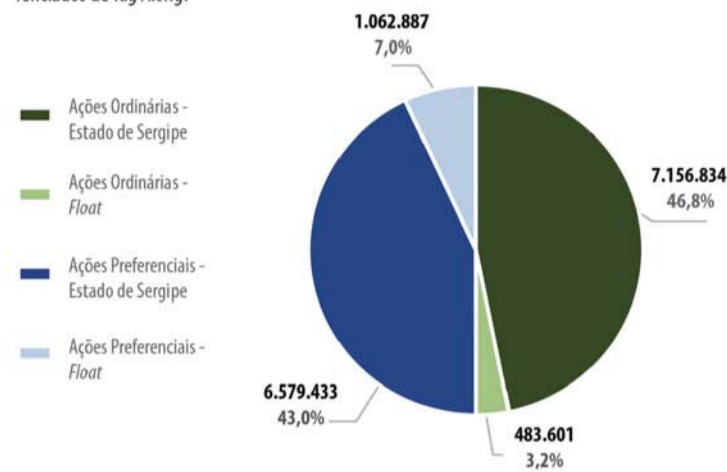
Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	AA-(bra)	F1+(bra)	Estável
Moody's Local	Nacional – Depósitos	A+-br	ML A-1-br	Estável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Banese na B3

A estrutura acionária do Banese no 4T22 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de Free Float. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN. A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais (BGIP4).

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com direitos diferenciados de Tag Along.



Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 843.104 correntistas e poupadores ao final do ano de 2022, compreendendo 817.674 clientes PF e 25.430 clientes PJ.

As movimentações financeiras totais registraram uma evolução de 10,6% em relação a 2021, reflexo da retomada total das atividades econômicas. Nos 12 meses do ano de 2022 houve um incremento de 18,5% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Nos caixas eletrônicos (ATMs) tivemos queda de 15%, já nos Pontos Banese a queda foi de 10% e nos caixas das agências não houve mudanças na comparação anual.

Dados de Canais						
	2022	2021	V3M	4T22	3T22	V12M
Agências	63	63	▶ ND	63	63	▶ ND
Postos de Serviços	09	09	▶ ND	09	09	▶ ND
Terminais ATM	458	476	▼ -18	458	460	▼ -2
Correspondentes no País	216	218	▼ -2	216	210	▲ +6
Transações em Agências, ATM e Correspondentes	30,9 Mi	34,9 Mi	▼ -11,5%	7,5 Mi	7,7 Mi	▼ -2,6%
Volume Transacionado	R\$ 40,6 Bi	R\$ 41,6 Bi	▼ -2,4%	R\$ 10,1 Bi	R\$ 10,2 Bi	▼ -1,0%
Transações online	144,8 Mi	122,2 Mi	▲ +18,5%	39,4 Mi	35,6 Mi	▲ +10,7%
Volume Transacionado	R\$ 47,3 Bi	R\$ 41,2 Bi	▲ +15,0%	R\$ 14,0 Bi	R\$ 11,4 Bi	▲ +22,8%

O Banco manteve as diretrizes referentes à readequação da sua rede de atendimento, objetivando garantir aderência ao Planejamento Estratégico da Companhia. Dessa forma, o Banco encerrou o ano de 2022 com 63 agências, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Serviços Bancários

Durante o ano de 2022 o Banese continuou desenvolvendo serviços vinculados ao Pix - Pix Saque, Pix Troco, Pix Cobrança e Arrecadação PIX, os quais possibilitam a oferta de novos negócios e a oportunidade de ampliação de receitas de serviços bancários. O Banese também participou das fases previstas pelo Banco Central do Brasil inerentes ao seu perfil para a implantação do Open Finance. Tais evoluções permitirão ao Banese aprimorar a oferta de crédito e serviços bancários/financeiros, de acordo com o perfil de cada cliente.

Relatório de Desempenho 2022

programas educacionais, esportivos, artísticos e culturais, cursos profissionalizantes, de atenção à saúde, psicopedagógicos e de inclusão social. Durante o ano de 2022 foram beneficiadas no total pelo Instituto Banese cerca de 116.858 pessoas. Além das instituições atualmente apoiadas, inclui-se também a Orquestra Jovem de Sergipe, que se constitui em um projeto do próprio Instituto e que beneficia 280 crianças e jovens. O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda trata-se de um centro cultural dinâmico, núcleo interpretativo da cultura de Sergipe e portal de aproximação com o meio artístico local, nacional e internacional, através do intercâmbio de exposições e da realização de eventos culturais. Por meio deste espaço, valoriza-se a identidade cultural sergipana, através de imagens, sons

e signos. A cada ano de funcionamento, o Museu se consolida cada vez mais como um importante celeiro das artes e da cultura, não só para os sergipanos, mas para visitantes de todas as regiões do Brasil e de países diversos. No 4T22 o Museu recebeu a visita de 22.617 pessoas dos mais variados lugares e com diversas finalidades (turismo, educação, assistência social e lazer), e um total de 72.471 visitas em 2022. O Centro de Memória Digital Professora Anequina Chagas foi inaugurado na cidade de Simão Dias, em dezembro de 2022, uma edificação arquitetônica secular que foi restaurada e revitalizada, e que se transformou em um complexo cultural, constituindo-se em uma parceria entre o Governo do Estado e o Banco do Estado de Sergipe S/A, sob a responsabilidade do Instituto Banese.

Outra ação social patrocinada pelo Grupo Banese e operacionalizada através do Instituto Banese, o Projetar.SE tem se consolidado como um importante núcleo de apoio ao suporte técnico às gestões de municípios sergipanos. A iniciativa tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras. Em 2022 foram contatadas 44 cidades e 33 visitas, sendo que dessas 20 já foram atendidas. Existem 10 projetos em desenvolvimento com estudos de viabilidade aprovados e entregues, além de 10 projetos executivos entregues que envolveram cada um, em média, 05 disciplinas de arquitetura e urbanismo, e outros 07 projetos específicos de engenharia.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO				
CIRCULANTE	3.988.138	3.826.479	4.484.432	4.267.190
DISPONIBILIDADE (Nota 4)	63.973	59.766	67.012	59.949
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.012.866	3.828.838	4.584.500	4.318.810
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.367.835	1.379.799	1.367.835	1.379.799
Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285	599.985	253.285
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	767.850	1.126.514	767.850	1.126.514
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	818.519	862.423	821.083	877.706
Carteira Própria	768.741	815.417	771.305	830.700
Vinculados a Compromissos de Recompra	15.422	12.989	15.422	12.989
Vinculados à Prestação de Garantias	732	650	732	650
Vinculados ao Banco Central	33.624	33.367	33.624	33.367
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	613.121	407.639	689.463	500.869
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	137	121	76.342	93.351
Créditos Vinculados:	613.121	407.518	613.121	407.518
- Depósitos no Banco Central	613.121	407.518	613.121	407.518
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	888.460	850.501	888.460	850.501
Operações de Crédito:	888.460	850.501	888.460	850.501
- Setor Privado	888.460	850.501	888.460	850.501
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	324.794	328.476	817.659	709.935
Rendas a Receber	2.822	3.235	12.281	12.220
Diversos	321.972	325.241	805.474	697.879
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	-	-	(96)	(164)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	(90.078)	(64.683)	(172.792)	(116.336)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(88.205)	(62.913)	(88.205)	(62.913)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.873)	(1.770)	(1.873)	(1.770)
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	-	-	(82.714)	(51.653)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.377	2.558	5.712	4.767
Outros Valores e Bens	1.163	929	2.262	2.258
Despesas Antecipadas	214	1.629	3.450	2.509
NÃO CIRCULANTE	3.772.768	3.493.053	3.854.908	3.538.154
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.607.750	3.315.409	3.713.357	3.423.550
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.386.605	3.125.515	3.425.956	3.188.066
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	134.932	-	134.932
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	134.932	-	134.932
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	763.944	582.520	763.944	582.520
Carteira Própria	763.944	582.520	763.944	582.520
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	80.234	64.074	80.234	64.074
Créditos Vinculados:	80.234	64.074	80.234	64.074
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	80.234	64.074	80.234	64.074
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956
Operações de Crédito:	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956
- Setor Privado	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	176.623	128.033	215.974	190.584
Rendas a Receber	-	-	20	20
Diversos	188.350	135.072	227.681	197.603
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	(11.727)	(7.039)	(11.727)	(7.039)
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	(63.174)	(63.943)	(63.174)	(63.943)
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(63.174)	(63.943)	(63.174)	(63.943)
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	215.529	176.706	281.785	222.296
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 22)	151.824	151.801	189.851	180.434
Créditos Tributários sobre base fiscal negativa (Nota 22)	-	-	8.476	1.573
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar (Nota 9.2)	63.705	24.905	83.458	40.289
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	68.790	77.131	68.790	77.131
Outros Valores e Bens	72.747	77.818	72.747	77.818
Provisões para Desvalorizações	(7.255)	(7.207)	(7.255)	(7.207)
Despesas Antecipadas	3.298	6.520	3.298	6.520
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (Nota 11)	99.808	116.703	-	-
Participação em Coligadas e Controladas	99.808	116.703	-	-
OUTROS INVESTIMENTOS (Nota 11)	6	6	6	6
Outros Investimentos	454	454	454	454
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	184.059	181.659	266.838	252.534
Imóveis de Uso	55.995	56.085	74.110	74.103
Outras Imobilizações de Uso	128.064	125.574	192.728	178.431
INTANGÍVEL (Nota 13)	86.279	75.250	117.081	88.975
Ativos Intangíveis	86.279	75.250	117.081	88.975
DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(205.134)	(195.974)	(242.374)	(226.911)
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (Nota 12)	(142.313)	(136.377)	(174.896)	(163.418)
Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis (Nota 13)	(62.821)	(59.597)	(67.478)	(63.493)
TOTAL	7.760.906	7.319.532	8.339.340	7.805.344

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO				
CIRCULANTE	5.312.490	4.919.782	5.840.907	5.347.538
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5.138.285	4.775.622	5.120.564	4.758.963
DEPÓSITOS (Nota 14)	5.069.400	4.676.763	5.046.244	4.654.986
Depósitos à Vista	1.185.161	1.158.353	1.170.362	1.142.761
Depósitos de Poupança	2.034.501	1.937.941	2.034.501	1.937.941
Depósitos Interfinanceiros	146.509	152.007	146.509	152.007
Depósitos a Prazo	1.702.998	1.427.978	1.692.378	1.419.439
Depósitos Outros	231	484	2.494	2.838
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 14)	10.914	-	3.301	-
Carteira Própria	10.914	-	3.301	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 14)	1.821	1.577	14.869	6.695
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.821	1.577	14.869	6.695
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 14)	21.114	40.364	21.114	40.364
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	21.114	40.364	21.114	40.364
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	35.036	56.918	35.036	56.918
BNDES	2.471	2.925	2.471	2.925
FINAME	207	382	207	382
Outras Instituições	32.358	53.611	32.358	53.611
OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	174.205	144.160	720.343	588.755
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Sociais e Estatutárias	35.803	16.182	35.803	17.457
Fiscais e Previdenciárias	12.680	11.043	15.942	14.510
Recursos em Trânsito de Terceiros	260	298	260	298
Diversas	123.473	114.030	665.841	553.362
NÃO CIRCULANTE	1.852.860	1.838.428	1.863.444	1.850.376
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.563.188	1.548.514	1.561.995	1.539.737
DEPÓSITOS (Nota 14)	1.480.132	1.427.559	1.480.132	1.427.559
Depósitos a Prazo	1.480.132	1.427.559	1.480.132	1.427.559
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 14)	4.450	12.954	3.257	4.177
Carteira Própria	4.450	12.954	3.257	4.177
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 14)	4.964	20.369	4.964	20.369
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.964	20.369	4.964	20.369
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 14)	73.642	87.632	73.642	87.632
BNDES	4.424	7.897	4.424	7.897
FINAME	179	415	179	415
Outras Instituições	69.039	79.320	69.039	79.320
OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	140.565	130.424	141.166	131.013
Fiscais e Previdenciárias	-	4.318	-	4.318
Dívidas Subordinadas	140.564	126.105	140.564	126.105
Diversas	1	1	602	590
PROVISÕES	149.107	149.657	160.283	169.793
Provisão para contingências (Nota 16b)	149.107	149.657	160.283	169.793
RECEITAS DIFERIDAS (Nota 17)	-	9.833	-	9.833
Resultados de Exercícios Futuros	-	9.833	-	9.833
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	595.556	561.322	634.989	607.430
Capital Social - De Domiciliados no País	513.000	426.000	513.000	426.000
Reservas de Lucros	82.556	130.044	82.556	130.044
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	5.278	-	5.278
Participação de Não Controladores (Nota 18)	-	-	39.433	46.108
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.760.906	7.319.532	8.339.340	7.805.344

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO		BANESE CONSOLIDADO	
	2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	570.212	1.074.465	396.256	710.872
Operações de Crédito (Nota 8 h.)	328.238	636.930	291.047	561.177
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6 b.)	221.510	405.308	96.698	135.584
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7 b.)	20.464	32.227	8.511	14.111
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(360.717)	(688.783)	(192.588)	(283.756)
Operações de Captações no Mercado (Nota 14 d)	(291.804)	(541.445)	(134.620)	(199.902)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 14 d)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (Nota 8 f)	(63.966)	(136.688)	(50.801)	(71.910)
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito (Nota 8 f)	-	-	(52.179)	(95.580)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	209.495	385.682	203.668	427.116
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(131.839)	(275.940)	(132.848)	(255.485)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 20 a)	30.093	57.470	33.387	61.534
Receitas de Tarifas Bancárias (Nota 20 b)	34.353	68.030	33.647	67.525
Despesas de Pessoal (Nota 20 c)	(96.885)	(190.645)	(93.996)	(178.631)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20 d)	(114.178)	(216.369)	(106.859)	(202.542)
Despesas Tributárias (Nota 20 e)	(20.489)	(40.360)	(19.880)	(36.995)
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada (Nota 11)	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277
Outras Receitas Operacionais (Nota 20 f)	62.145	100.614	41.191	68.612
Outras Despesas Operacionais (Nota 20 g)	(16.258)	(37.785)	(18.845)	(40.265)
DESPESAS PROVISÕES	(11.608)	(19.933)	(12.103)	(27.987)
Despesa com Provisões Judiciais (Nota 20 h)	(11.608)	(19.933)	(12.103)	(27.987)
RESULTADO OPERACIONAL	66.048	89.809	58.717	143.644
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	66.048	89.809	58.717	143.644
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.838	(2.758)	(21.013)	(47.465)
Despesa com Imposto de Renda (Nota 22)	4.104	(4.636)	(14.299)	(23.588)
Despesa com Contribuição Social (Nota 22)	3.256	(3.211)	(15.258)	(22.839)
IR e CSLL Diferidos	(5.522)	5.089	8.544	(11.088)

Relatório de Desempenho 2022



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL Reapresentado	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS Reapresentado	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
			LEGAL	ESTATUTÁRIA					
SALDOS EM 31.12.2020 Reapresentado	348.000	78.000	38.455	28.850	(8.177)	-	485.128	45.928	531.056
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	83.739	83.739	-	83.739
- Aumento de Capital	78.000	(78.000)	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	13.455	-	13.455	-	13.455
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(21.000)	-	(21.000)	-	(21.000)
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	180	-	180
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Legal	-	-	4.186	-	-	(4.186)	-	-	-
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	58.553	-	(58.553)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2021	426.000	-	42.641	87.403	5.278	-	561.322	46.108	607.430
MUTAÇÕES DO PERÍODO	78.000	(78.000)	4.186	58.553	13.455	-	76.194	180	76.374
SALDOS EM 31.12.2021	426.000	-	42.641	87.403	5.278	-	561.322	46.108	607.430
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	75.512	75.512	-	75.512
- Aumento de Capital	87.000	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(5.278)	-	(5.278)	-	(5.278)
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(36.000)	-	(36.000)	-	(36.000)
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	(6.675)	-	(6.675)
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	-	3.775	35.737	-	(39.512)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	513.000	-	46.416	36.140	-	-	595.556	39.433	634.989
MUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000	-	3.775	(51.263)	(5.278)	-	34.234	(6.675)	27.559
SALDOS EM 30.06.2022	426.000	-	43.468	87.403	6.714	15.703	579.288	43.629	622.917
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	58.982	58.982	-	58.982
- Aumento de Capital	87.000	-	-	-	-	-	-	-	-
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(6.714)	-	(6.714)	-	(6.714)
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(36.000)	-	(36.000)	-	(36.000)
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	(4.196)	-	(4.196)
DESTINAÇÕES:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas	-	-	2.948	35.737	-	(38.685)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2022	513.000	-	46.416	36.140	-	-	595.556	39.433	634.989
MUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000	-	2.948	(51.263)	(6.714)	(15.703)	16.268	(4.196)	12.072

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - EM REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receita da intermediação financeira	570.212	1.074.465	396.256	710.872	563.276	1.061.590	396.528	719.587
Despesa da intermediação financeira	(360.717)	(688.783)	(192.588)	(283.756)	(411.665)	(782.142)	(222.975)	(331.338)
Outras receitas/despesas operacionais/despesas provídes	34.279	42.896	10.243	360	89.183	143.023	47.125	79.881
Receita da prestação de serviços	64.446	125.500	67.034	129.059	110.280	227.897	122.978	230.623
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(106.950)	(201.975)	(98.260)	(184.648)	(137.392)	(262.475)	(127.801)	(241.699)
Valor Adicionado Bruto	201.270	352.103	182.685	371.887	213.682	387.893	215.855	457.054
Retenções	(5.660)	(11.325)	(6.578)	(14.007)	(8.770)	(17.108)	(8.924)	(18.494)
Amortização	(1.771)	(3.224)	(1.795)	(4.005)	(2.179)	(3.907)	(2.013)	(4.411)
Depreciação	(3.889)	(8.101)	(4.783)	(10.002)	(6.591)	(13.201)	(6.911)	(14.083)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	195.610	340.778	176.107	357.880	204.912	370.785	206.931	438.560
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	184.990	323.883	173.814	363.157	204.912	370.785	206.931	438.560
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governo	18.651	43.118	40.093	84.460	19.305	51.273	51.197	115.277
Despesas Tributárias	26.011	35.271	10.536	38.033	26.665	45.636	17.530	59.117
Imposto de renda e contribuição social	(7.360)	7.847	29.557	46.427	(7.360)	5.637	33.667	56.160
Empregados	105.789	202.184	98.574	191.071	127.514	244.018	118.431	228.365
Salários e honorários	57.336	115.334	57.968	110.207	71.236	142.094	70.608	133.735
Encargos sociais	21.280	41.772	20.657	39.909	25.927	50.450	24.431	47.173
Previdência privada	3.657	6.660	3.049	5.548	3.657	6.660	3.049	5.548
Benefícios e treinamentos	14.612	26.879	12.322	22.967	17.790	33.275	15.585	29.469
Participação nos resultados	8.904	11.539	4.758	12.440	8.904	11.539	4.758	12.440
Aluguéis	1.568	3.069	1.474	3.340	1.762	3.436	1.651	3.678
Taxas e Contribuições	-	-	547	547	1.545	3.221	2.112	3.916
Acionistas	36.000	36.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000
Juros sobre o capital próprio	36.000	36.000	21.000	21.000	-	-	21.000	21.000
Participação não Controladores	-	-	-	-	(4.196)	(6.675)	594	3.585
(Prejuízo)/Lucro Retido	22.982	39.512	11.946	62.739	58.982	75.512	11.946	62.739
Valor Adicionado Distribuído	184.990	323.883	173.814	363.157	204.912	370.785	206.931	438.560

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

1.1 Indicações para a diretoria executiva

Conforme Comunicados ao Mercado, o Banese recebeu, por meio de ofícios do Gabinete do Governador do Estado de Sergipe, as indicações abaixo para a composição da Diretoria Executiva:

- Em 27 de dezembro de 2022, a indicação do Sr. Marco Antônio Queiroz para assumir o cargo de Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. Helom Oliveira da Silva;
- Em 05 de janeiro de 2023, a indicação do Sr. Marcos Venício Nascimento para assumir o cargo de Diretor Administrativo, em substituição à Sra. Lea Selmara Almeida Matos; e
- Em 06 de fevereiro de 2023 a indicação do Sr. Wesley Teixeira Cabral para assumir o cargo de Diretor de Crédito e Serviços, em substituição ao Sr. Ademario Alves de Jesus, e a indicação do Sr. Kleber Teles Dantas para assumir o cargo de Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia, em substituição ao Sr. Luciano Cerqueira Passos.

Foram adotadas as providências necessárias para a efetivação dos mesmos, com análise pelo Conselho de Administração e demais órgãos de governança do Banco, bem como com posterior encaminhamento para homologação por parte do Banco Central do Brasil - BACEN.

1.2 Potencial parceria estratégica

Em continuidade ao fato relevante publicado em 17 de agosto de 2022, que dispõe sobre as tratativas confidenciais de possível parceria estratégica com o BRB - Banco de Brasília S.A. oriunda de proposta não vinculante para eventual realização de operação de aumento de capital por meio de subscrição, houve a divulgação de novo fato relevante, em 30 de setembro de 2022, que versa acerca do recebimento de proposta vinculante apresentada pelo BRB ao acionista controlador do Banese para eventual subscrição de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, através da realização de operação de aumento de capital.

O anúncio dos termos e condições finais da Operação ocorrerá mediante a conclusão bem-sucedida das tratativas com o acionista controlador e das aprovações dos órgãos de governança da Companhia, que, se concretizada, não alterará o controle societário do Banese.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02(R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03(R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10(R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.818/2020; e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.924/2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões civis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes das que estabelecidas por essas estimativas e premissas.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese e de sua controlada MULVI Instituição de Pagamentos S.A., conforme Resolução CMN nº 2.723/2000.

A Resolução BCB nº 02 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Banese 31.12.2022	Mulvi 31.12.2022	Eliminações 31.12.2022	Banese Consolidado 31.12.2022	Banese Consolidado 31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE	3.988.138	612.005	(115.711)	4.484.432	4.267.190
Disponibilidade	63.973	17.838	(14.799)	67.012	59.949
Instrumentos Financeiros	4.012.866	672.546	(100.912)	4.584.500	4.318.810
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.367.835	8.806	(8.806)	1.367.835	1.379.799
Títulos e valores mobiliários	818.519	13.184	(10.620)	820.083	877.706
Relações interfinanceiras	613.258	76.205	-	689.463	500.869
Operações de crédito	888.460	-	-	888.460	850.501
Outros créditos	324.794	574.351	(81.486)	817.659	709.935
Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(90.078)	(82.714)	-	(172.792)	(116.336)
Outros valores e bens	1.377	4.335	-	5.712	4.767
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.772.768	181.948	(99.808)	3.854.908	3.538.154
Realizável a longo prazo	3.607.750	105.607	-	3.713.357	3.423.550
Instrumentos Financeiros	3.386.605	39.351	-	3.425.956	3.188.066
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	134.912
Títulos e valores mobiliários	763.944	-	-	763.944	582.520
Relações interfinanceiras	80.234	-	-	80.234	64.074
Operações de crédito	2.365.804	-	-		

Relatório de Desempenho 2022



- Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banesse e sua controlada.

b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 4.818/2020 e CPC 03(R2)), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- Títulos para negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- Títulos Disponíveis para Venda** - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banesse para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O Banesse não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

O Banesse não opera com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes às da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

- Nível I** – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro;
- Nível II** – São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado através de outras metodologias não contempladas no nível I; observa-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas;
- Nível III** - São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. O Banesse não possui instrumentos financeiros neste nível em 31.12.2022.

h. Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS, conforme Nota 7.

O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação que ainda não apresentam valor na Administradora do FCVS. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

i. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado);
- Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 20% até julho de 2022 e de 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a MP nº 1.115, convertida na Lei nº 14.446/2022 que elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21% do lucro tributável, entre 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2023.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

l. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quan-

do aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações	4%
Equipamentos de uso	10%
Sistemas de processamento de dados	20%
Outros	10% a 20%

- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma *pro rata die*.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banesse e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banesse e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

s. Benefício a empregados

O Banesse mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banesse de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. De acordo com o regulamento do plano, são assegurados os seguintes benefícios: (i) aposentadoria, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte.

t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras do Banesse no período em que os dividendos são aprovados. De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banesse Múltiplo		Banesse Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	63.973	59.766	67.012	59.949
Disponibilidade em moeda nacional	63.973	59.766	66.738	59.828
Disponibilidade em moeda estrangeira	-	-	274	121
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	599.985	253.285	599.985	253.285
Aplicações no Mercado Aberto	599.985	253.285	599.985	253.285
Total de caixa e equivalente de caixa	663.958	313.051	666.997	313.234

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Contas patrimoniais – composição

	Banesse Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações no Mercado Aberto	599.985	253.285
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	169.991	169.989
Letras do Tesouro Nacional – LTN	149.999	3.299
Notas do Tesouro Nacional – NTN	279.995	79.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	767.850	1.261.446
Depósitos Interfinanceiros – Pós	703.883	1.170.673
Depósitos Interfinanceiros – Pré Fixado	63.967	90.773
Total	1.367.835	1.514.731
Ativo Circulante	1.367.835	1.379.799
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	134.932

b. Valor justo por níveis

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)	Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Depósitos Interfinanceiros – Pós	703.883	703.942	1.170.673	1.170.927
Depósitos Interfinanceiros – Pré fixado	63.967	63.967	90.773	90.773
Total	767.850	767.909	1.261.446	1.261.700

- Títulos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, considerando a intenção de manter os títulos até o seu vencimento.
- O valor justo nível 2 é apurado utilizando a metodologia de rentabilidade da curva do título e atualização ao valor presente.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a.1 Carteira do Banesse Múltiplo e Banesse Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:

	Banesse Múltiplo					TOTAL		
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	31.12.2022	31.12.2021
Para negociação	3.691	431.723	138.847	244.258	-	-	818.519	730.327
Letras Financeiras do Tesouro	-	426.087	138.847	244.258	-	-	809.192	721.698
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	5.636	-	-	-	-	5.636	5.262
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	5	4
Fundos exclusivos multimercado (Nota a.4)	3.685	-	-	-	-	-	3.685	3.353
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	1	10
Mantidos até o vencimento	-	-	-	695.865	68.079	-	763.944	714.616
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	682.224	68.079	-	750.303	619.371
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	79.875
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	13.641	-	13.641	15.370
Total de TVM	3.691	431.723	138.847	244.258	695.865	68.079	1.582.463	1.444.943
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	818.519	862.423
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	763.944	582.520

- Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
- Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banesse Consolidado

	Banesse Consolidado					TOTAL		
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	31.12.2022	31.12.2021
Para negociação	6.255	431.723	138.847	244.258	-	-	821.083	745.610
Letras Financeiras do Tesouro	-	426.087	138.847	244.258	-	-	809.192	721.698
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	5.636	-	-	-	-	5.636	5.262
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	5	4
Fundos exclusivos multimercado (Nota a.4)	3.685	-	-	-	-	-	3.685	3.353
Fundos exclusivos de direito creditório (Nota a.4)	2.564	-	-	-	-	-	2.564	15.283
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	1	10
Mantidos até o vencimento	-	-	-	695.865	68.079	-	763.944	714.616
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	682.224	68.079	-	750.303	619.371
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	79.875
CVS - Títulos do FCVS (2)	-	-	-	-	13.641	-	13.641	15.370
Total de TVM	6.255	431.723	138.847	244.258	695.865	68.079	1.585.027	1.460.226
Ativo circulante	-	-	-	-	-	-	821.083	877.706
Ativo realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-	763.944	582.520

- Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A.
- Título emitido pelo Tesouro Nacional.

a.2 Carteira do Banesse Múltiplo e Banesse Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

Banesse Múltiplo

	31.12.2022			31.12.2021		
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de mercado
Títulos para negociação	818.464	818.519	55	818.519	731.211	(84)
Letras Financeiras do Tesouro	793.					

Relatório de Desempenho 2022



Em dezembro de 2022, o Banese passou a registrar 53 contratos de FCVCS com status em validação pela Administradora do FCVCS, de acordo com a mensuração de cada contrato em observância à regra do FCVCS e à Lei nº 10.150/2000. Para esses contratos, foi constituída provisão de 50% do saldo atualizado.

Após atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVCS em dezembro de 2022, os contratos com status em validação e registrados pelo valor da Administradora do FCVCS passaram a não ter provisão constituída.

Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banese Múltiplo e Banese Consolidado			
	2022 2º Sem.	2022 Exercício	2021 2º Sem.	2021 Exercício
Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVCS)	14.636	22.178	3.572	7.550
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	12.427	22.050	6.406	9.806
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVCS)	(6.599)	(12.001)	(1.467)	(3.245)
Total	20.464	32.227	8.511	14.111

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a. Composição por tipo de operação

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos e depositantes	366	368	366	368
Empréstimos	2.514.937	2.358.080	2.514.937	2.358.080
Títulos Descontados	763	829	763	829
Financiamentos	69.145	94.475	69.145	94.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	196.131	174.854	196.131	174.854
Financiamentos imobiliários	472.922	437.851	472.922	437.851
Subtotal de Operações de Crédito	3.254.264	3.066.457	3.254.264	3.066.457
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	273.982	269.383	273.982	269.383
Total Geral	3.528.246	3.335.840	3.528.246	3.335.840
Ativo circulante	1.162.442	1.119.884	1.162.442	1.119.884
Ativo realizável a longo prazo	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956

	Banese Consolidado		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos e depositantes	366	368	366	368
Empréstimos	2.514.937	2.358.080	2.514.937	2.358.080
Títulos Descontados	763	829	763	829
Financiamentos	69.145	94.475	69.145	94.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	196.131	174.854	196.131	174.854
Financiamentos imobiliários	472.922	437.851	472.922	437.851
Subtotal de Operações de Crédito	3.254.264	3.066.457	3.254.264	3.066.457
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	273.982	269.383	273.982	269.383
Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	463.673	395.880	463.673	395.880
Total Geral	3.991.919	3.731.700	3.991.919	3.731.700
Ativo circulante	1.626.115	1.515.744	1.626.115	1.515.744
Ativo realizável a longo prazo	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956

b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

Parcelas Vencidas	Operações em Curso Normal								TOTAL	
	AA	A	B	C	D	E	F	G		
01 a 30 dias	23.943	9.690	10.236	3.206	1.913	291	403	32	430	50.144
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.414	2.321	877	367	515	206	90	42	228	6.060
Subtotal Normal	1.619.410	1.161.230	286.034	121.205	64.522	10.694	21.002	3.468	14.226	3.301.828

Parcelas Vencidas	Operações em Curso Anormal (1)								TOTAL	
	AA	A	B	C	D	E	F	G		
01 a 30 dias	-	-	1.595	691	412	464	632	265	1.840	5.899
31 a 60 dias	-	-	5.019	3.481	2.433	2.694	2.764	2.176	14.458	33.025
61 a 90 dias	-	-	1.097	569	400	445	480	257	1.656	4.904
91 a 180 dias	-	-	3.438	2.029	1.421	1.486	993	728	4.700	14.795
181 a 360 dias	-	-	5.645	3.019	2.515	2.626	2.228	1.450	9.038	26.521
Acima de 360 dias	-	-	33.294	13.937	10.072	7.954	7.344	4.522	25.675	102.798
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	363	254	308	247	171	199	618	2.160
15 a 30 dias	-	-	2.159	656	376	403	563	209	1.456	5.822
31 a 60 dias	-	-	299	2.765	591	798	444	315	1.954	7.166
61 a 90 dias	-	-	150	917	601	385	314	226	1.456	4.593
91 a 180 dias	-	-	71	115	1.229	1.265	1.366	625	10.261	16.161
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	53	86	86	795	8.210
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	2.644	26.4
Subtotal Anormal			52.909	27.622	19.560	19.000	17.355	11.887	78.085	226.418
Total - 31.12.2022	1.619.410	1.161.230	338.943	148.827	84.082	29.694	38.357	15.355	92.348	3.528.246

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

Parcelas Vencidas	Operações em Curso Normal								TOTAL	
	AA	A	B	C	D	E	F	G		
01 a 30 dias	23.943	346.990	6.329	3.206	1.913	291	403	32	430	383.477
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233
Parcelas Vencidas										
Até 14 dias	1.414	30.807	13.055	367	515	206	90	42	228	46.724
Subtotal Normal	1.619.410	1.526.956	294.305	121.205	64.522	10.694	21.002	3.468	14.263	3.675.825

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.

c. Composição da carteira classificada

Nível de Risco	Banese Múltiplo 31.12.2022							Valor da Provisão
	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão	
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	-	-
A	1.161.230	273.623	11.941	153.967	452.515	269.184	5.806	-
B	338.943	266.556	32.530	25.118	12.049	2.690	3.390	-
C	148.827	102.718	25.378	14.947	4.806	978	4.465	-
D	84.082	69.343	9.583	4.181	634	341	8.408	-
E	29.694	26.772	218	2.243	147	314	8.908	-
F	38.357	24.392	697	12.149	912	207	19.179	-
G	15.355	14.778	69	301	109	98	10.749	-
H	92.348	84.224	2.053	5.546	355	170	92.347	-
Total	3.528.246	2.481.816	82.469	218.452	471.527	273.982	153.252	

(1) Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controlada, por ela ser a responsável pelo risco do cliente em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito.

(1) Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controlada, por ela ser a responsável pelo risco do cliente em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito.

Nível de Risco	Banese Consolidado - 31.12.2022							Valor da Provisão (1)
	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão	
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	-	-
A	1.526.956	639.349	11.941	153.967	452.515	269.184	7.758	-
B	352.464	280.077	32.530	25.118	12.049	2.690	3.675	-
C	155.680	109.571	25.378	14.947	4.806	978	5.030	-
D	89.703	74.964	9.583	4.181	634	341	9.614	-
E	36.028	33.106	218	2.243	147	314	12.421	-
F	45.113	31.148	697	12.149	912	207	24.619	-
G	21.988	21.411	69	301	109	98	17.944	-
H	144.577	136.453	2.053	5.546	355	170	154.905	-
Total	3.991.919	2.945.489	82.469	218.452	471.527	273.982	235.966	

(1) Os bens não alienados ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 - R\$ 4.121 (R\$ 4.303 - 31.12.2021).

(2) Para os bens dados em comodato é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 - R\$ 2.979 (R\$ 2.904 - 31.12.2021).

d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

Descrição	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoas físicas	2.780.857	78.82	2.470.970	74.07
Pessoas jurídicas	223.188	6.33	332.555	9.97
Indústria	26.954	0,76	46.863	1,40
Comércio	196.234	5,56	285.692	8,57
Rural	196.131	5,56	174.854	5,24
Habituação	93.145	2,64	85.954	2,58
Outros serviços	234.922	6,66	271.507	8,14
Total	3.528.246	100,00	3.335.840	100,00

Descrição	Banese Consolidado			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	3.244.530	81,28	2.866.830	76,82
Pessoas jurídicas	223.188	5,59	332.555	8,91
Indústria	26.954	0,68	46.863	1,28
Comércio	196.234	4,92	285.692	7,65
Rural	196.131	4,91	174.854	4,69
Habituação	93.145	2,33	85.954	2,30
Outros serviços	234.922	5,88	271.507	7,28
Total	3.991.919	100,00	3.731.700	100,00

e. Concentração de crédito

	Banese Múltiplo					
--	-----------------	--	--	--	--	--

Relatório de Desempenho 2022



Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2021. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pós-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 variam de IPCA + 1,4363% a.a. e IPCA + 8,0753% a.a. (31.12.2021 IPCA + 1,2178% a.a. e IPCA + 5,9535% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 foi de 7,79% a.a. (31.12.2021 foi de 5,75% a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/Automático/PROGEREN) até 31.12.2022 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2021 – TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2022 foi de SELIC + 5,0% a.a. (31.12.2021 – SELIC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

d) Despesas de captação

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Depósitos judiciais	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)
Depósitos de poupança	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)
Depósitos a prazo	(134.958)	(246.943)	(49.745)	(69.912)	(134.958)	(246.943)	(49.745)	(69.912)
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.092)	(2.019)	(349)	(500)	(401)	(738)	(274)	(339)
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)
Letras financeiras subordinadas – LFS	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)
Letras financeiras – LF	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)
Letras de crédito imobiliária – LCI	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)
Depósitos interfinanceiros	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)
Depósitos especiais com remuneração	(9)	(21)	(12)	(19)	(9)	(21)	(12)	(19)
Despesas com captações no mercado	(291.804)	(541.445)	(134.620)	(199.902)	(290.573)	(539.224)	(133.567)	(197.394)
Despesas de repasses BNDES	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)
Despesas de repasses FINAME	(15)	(31)	(20)	(40)	(15)	(31)	(20)	(40)
Despesas de repasses BNB	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)
Despesas de repasses FUNGETUR	(1.800)	(2.957)	-	-	(1.800)	(2.957)	-	-
Despesas com empréstimos e repasses	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)
Total das despesas de captação	(296.749)	(552.095)	(141.787)	(211.846)	(295.518)	(549.874)	(140.734)	(209.338)

15. OUTROS PASSIVOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Outros tributos e assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	35.803	16.182	35.803	17.457
Impostos e contribuições a recolher	12.680	11.043	15.942	14.510
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	4.318	-	4.318
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	140.564	126.105	140.564	126.105
Recursos em Trânsito de Terceiros	260	298	260	298
Diversas	123.474	114.031	666.443	553.952
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	34	28	34	28
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	34.831	52.232	38.981	56.192
Provisão para pagamentos - Fornecedoros	27.346	22.568	32.075	25.953
Passivo Atuarial (Nota 25) (2)	-	2.931	-	2.931
Credores diversos - País (3)	32.827	11.263	59.220	26.781
Recursos do FGTS para Amortizações	199	199	199	199
Credores por recursos a liberar	1.920	6.514	1.920	6.514
Obrigações por convênios oficiais	2.692	1.306	2.692	1.306
Outros valores	23.625	16.992	23.625	16.992
Obrigações por transações de pagamentos (4)	-	-	507.697	417.058
Total	314.770	274.584	861.509	719.588
Passivo circulante	174.205	144.160	720.343	588.575
Passivo exigível a longo prazo	140.565	130.424	141.166	131.013

- Impostos e contribuições diferidos sobre resultado positivo de Outros Resultados Abreangentes-ORA do cálculo atuarial.
- Em 30.06.2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas.
- A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor de R\$9.568 foi transferido para o cosif de credores diversos.
- Obrigações a lojistas por transações de pagamentos.

a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, são as seguintes:

Papel	Banese Múltiplo e Consolidado		Data de Emissão	Data de Vencimento
	Valor de Emissão	Valor Atual em 31.12.2022		
Letras Financeiras Subordinadas (1)	15.445	16.552	15.993	30.07.2015
Letras Financeiras Subordinadas (2)	98.420	124.012	110.112	16.04.2021
Total	113.865	140.564	126.105	

- Remunerado pelo CDI com pagamento de juros semestral.
- Remunerada pelo IPCA + Taxa Pré com pagamento de juros apenas no vencimento.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a. Contingências Ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

b. Contingências Passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 48.980 (R\$ 45.885 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 54.913 (R\$ 51.092 – 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos civis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial – R\$ 7.355 e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 3.155 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 10.510 (R\$ 9.804 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 13.996 (R\$ 14.820 – 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 30 de dezembro de 2022 R\$ 89.617 (R\$ 93.968 – 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 91.374 no Banese Consolidado (R\$ 103.881 – 31.12.2021).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Banese Múltiplo				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	45.885	9.804	93.968	149.657	157.823
Atualização monetária	4.333	208	4.427	8.968	5.586
Constituição de provisão	7.338	2.519	1.560	11.417	20.818
Reversão de provisão	-	-	(10.338)	(10.338)	(24.529)
Pagamentos	(8.576)	(2.021)	-	(10.597)	(10.041)
Saldo final do período	48.980	10.510	89.617	149.107	149.657

	Banese Consolidado				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	51.092	14.820	103.881	169.793	174.118
Atualização monetária	4.333	208	4.427	8.968	5.586
Constituição de provisão	8.249	5.295	1.683	15.227	26.093
Reversão de provisão	-	-	(18.617)	(18.617)	(24.529)
Pagamentos	(8.761)	(6.327)	-	(15.088)	(11.475)
Saldo final do período	54.913	13.996	91.374	160.283	169.793

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2022: trabalhista – R\$ 34.683 (R\$ 39.061 – 31.12.2021), cíveis – R\$ 31.160 (R\$ 23.985 – 31.12.2021) e fiscais R\$ 56.468 (R\$ 53.828 – 31.12.2021). Nestes grupos encontram-se causas de natureza diversas, principalmente indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

c. Outros Assuntos

O Banese possui Processo Administrativo Sancionador PE nº 204590 - Processo que tramita no BACEN, para apurar suposta irregularidade praticada pela instituição e Diretores Luciano Cerqueira Passos e Aléssio de Oliveira Rezende, por deixar de implantar e implementar estruturas de controles internos efetivas e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição financeira, especificamente no que se refere a sua atuação como participante do arranjo de pagamentos Pix.

17. RECEITAS DIFERIDAS (1)

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Rendas Antecipadas	-	113
Rendas Antecipadas – Icatu (2)	-	9.220
Total	-	9.333

- A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor foi transferido para o cosif de credores diversos, conforme Nota 15.
- Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitalização no balcão Banese.

18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2022	31.12.2021
Participação de 71,68% na MULVI Instituição de Pagamentos S.A	(99.808)	(116.703)
Patrimônio Líquido da MULVI Instituição de Pagamentos S.A	139.241	162.811
Total de participação de não controladores	39.433	46.108

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.

Em 09 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 426.000.000,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões de reais), para R\$ 513.000.000,00 (quinhentos e treze milhões de reais), mediante a capitalização de reservas estatutárias e sem a modificação do número de ações, no valor de R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais).

A tabela a seguir demonstra o lucro por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	31.12.2022 a		31.12.2021 a	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas - R\$ Mil	75.512	83.739		
Ações Ordinárias	35.958	33.496		
Ações Preferenciais	39.554	50.243		
Total de ações	15.285.090	15.285.090		
Ações ordinárias	7.642.545	7.642.545		
Ações preferenciais	7.642.545	7.642.545		
Lucro líquido atribuível a não controladores - R\$ Mil	(6.675)	3.585		
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	4,71	5,22		
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	5,18	5,74		

b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

- Reserva Legal** - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.
- Reservas Estatutárias** - são constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:
 - Reserva estatutária para margem operacional** - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social.
 - Reserva estatutária para equalização de dividendos** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.
 - Reserva especial de lucro** - com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos adicionais, propostos pela Administração.

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Reserva Legal	46.417	42.641
Reserva Estatutária para Margem Operacional	36.139	78.877
Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos	-	8.526
Reserva de Lucro	82.556	130.044

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

c.1 Dividendos - o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.

c.2 Juros sobre o capital próprio - conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

A Administração do Banese provisionou, durante o exercício JCP no montante de R\$ 36.000 (R\$ 21.000 – 31.12.2021), o JCP reduziu o impacto tributário no exercício na ordem de R\$ 16.200 (R\$ 10.500 – 31.12.2021).

c.3 Dividendos obrigatórios - de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda de acordo com a Resolução CVM nº 143/2022.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a. Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Rendas de serviços prestados a correntistas	7.891	16.598	10.169	20.663	53.725	118.995	66.113	122.227
Convênios de arrecadação/pagamento	19.							

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.809 (R\$ 24.165 – 31.12.2021) e no Consolidado foi de R\$ 9.561 (R\$ 26.798 – 31.12.2021), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R\$ 949 (R\$ 23.300 – 31.12.2021) e no consolidado R\$ 6.187 (R\$ 25.802 – 31.12.2021). No período, foi registrado a recuperação de IRPJ e CSLL referente ao exercício de 2021, decorrente do benefício fiscal com os dispêndios em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico conforme Lei nº 11.196/05 – Lei do Bem, naquele exercício. A conciliação está demonstrada a seguir:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
	30.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes da tributação e participações	89.809	143.644	64.628	152.364	89.809	143.644	64.628	152.364
Participações estatutárias	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)
Juros sobre Capital Próprio	(36.000)	(21.000)	-	(22.500)	(36.000)	(21.000)	-	(22.500)
Equivalência Patrimonial	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)
Adições líquidas de caráter permanente	(20.845)	1.676	(29.699)	10.336	(21.647)	810	(24.087)	9.470
Adições líquidas de caráter temporário	3.155	(6.802)	26.372	14.589	3.155	(6.802)	26.372	14.589
Lucro tributável antes das compensações	41.475	99.801	66.657	137.072	40.673	98.935	72.269	136.206
Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL	-	-	-	(11.181)	-	-	-	(11.181)
Lucro tributável após compensações	41.475	99.801	66.657	125.891	40.674	98.935	72.269	125.025
Valores devidos pela alíquota normal	(6.221)	(14.970)	(6.221)	(18.325)	(8.135)	(22.839)	(8.135)	(26.968)
Adicional de imposto de renda (10%)	(4.124)	(9.956)	(4.124)	(12.541)	-	-	-	-
Incentivos fiscais	757	1.338	757	1.674	-	-	-	-
Tributos devidos	(9.588)	(23.588)	(9.588)	(29.192)	(8.135)	(22.839)	(8.135)	(26.968)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	2.827	(577)	8.699	4.924	2.262	(461)	5.785	2.326
Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa CSLL	-	-	4.295	(2.530)	-	-	2.606	(1.160)
Despesa efetiva no período	(6.761)	(24.165)	3.406	(26.798)	(5.873)	(23.300)	256	(25.802)
Recuperação CSLL e IRPJ 2021	4.952	-	6.155	-	4.924	-	5.931	-
Valor registrado efetivamente no resultado	(1.809)	(24.165)	9.561	(26.798)	(949)	(23.300)	6.187	(25.802)
% da despesa efetiva em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	(2,01)%	16,82%	(14,79)%	17,59%	(1,06)%	16,22%	(9,57)%	16,93%

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Imposto de Renda	Contribuição Social	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em 31.12.2021	84.334	67.467	102.827	79.180	84.334	67.467	102.827	79.180
(-) Realização de Créditos Passivo Atuarial	(3.165)	(2.532)	(3.165)	(2.532)	(3.165)	(2.532)	(3.165)	(2.532)
(+) Constituição de Créditos – Outras Adições	16.946	13.855	42.281	29.465	16.946	13.855	42.281	29.465
(-) Realização de Créditos – Outras Adições	(13.768)	(11.313)	(33.231)	(23.400)	(13.768)	(11.313)	(33.231)	(23.400)
(+) Constituição de Créditos – Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	-	-	4.296	2.606	-	-	4.296	2.606
Saldo em 31.12.2022	84.347	67.477	113.008	85.319	84.347	67.477	113.008	85.319

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apresenta a seguinte composição:

	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Imposto de Renda	Contribuição Social	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
1. Adições Temporárias-base de cálculo	337.388	337.332	337.388	337.332	434.848	408.912	434.848	408.912
- Créditos Tributários adições temporárias	84.347	84.334	67.477	67.467	108.712	102.228	82.713	78.204
- Prejuízo Fiscal/Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	17.184	2.392	17.373	6.507
- Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal / Base Negativa IRPJ/CSLL	-	-	-	-	4.296	598	2.606	976
Total de Créditos Tributários Ativos	84.347	84.334	67.477	67.467	113.008	102.826	85.319	79.180
Créditos Tributários Não Ativos	1.387	1.259	1.110	1.008	1.387	1.259	1.110	1.008

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os Créditos Tributários não contabilizados correspondem às adições temporárias relativas a provisões constituídas para dar suporte aos créditos provenientes do FCVS. O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2022, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Banese Múltiplo

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2023	6.120	5.385	4.896	4.308	11.016	9.693
2024	5.884	4.707	3.646	5.591	9.530	8.203
2025	5.822	4.001	4.658	3.201	10.480	7.202
2026	5.822	3.556	4.658	2.845	10.480	6.401
2027	5.822	3.161	4.658	2.529	10.480	5.690
Acima de 5 anos	54.877	21.167	43.900	16.933	98.777	38.100
Total – 31.12.2022	84.347	41.827	67.477	33.462	151.824	75.289
Total – 31.12.2021	84.334	46.111	67.467	36.889	151.801	83.000

Banese Consolidado

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2023	8.497	7.476	6.322	5.563	14.819	13.039
2024	9.661	7.483	6.973	5.401	16.634	12.884
2025	10.590	7.278	7.519	5.167	18.109	12.445
2026	9.301	5.681	7.391	4.515	16.692	10.196
2027	8.199	4.451	6.084	3.303	14.283	7.754
Acima de 5 anos	66.760	26.896	51.030	20.370	117.790	47.266
Total – 31.12.2022	113.008	59.265	85.319	44.319	198.327	103.584
Total – 31.12.2021	102.826	57.827	79.180	44.414	182.006	102.241

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022, para Banese Múltiplo, é de R\$ 75.289 (R\$ 83.000 – 31.12.2021), e para Banese Consolidado R\$ 103.584 (R\$ 102.241 – 31.12.2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da MULVI, no montante de R\$ 28.295, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da MULVI; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões de créditos.

23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, ri.banese.com.br.

Gestão de Capital

Define-se como Gestão de Capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

IRRB - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

É o risco definido como atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária. O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária deverá ser apurado, conforme metodologias descritas a seguir:

I - Valor econômico ou Delta EVE: O Δ EVE ou variação EVE pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de liquidação da instituição e denota "quanto vale o banco em decorrência de choques nas taxas de juros";

II - Margem Financeira ou Delta NII: O Δ NII ou variação de NII pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de resultado e denota "quanto o banco vai ganhar ou perder em decorrência de choques nas taxas de juros".

Risco de Liquidez

Compreende a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, por conta de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.557/2017.

Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

Risco Social, Ambiental e Climático

O Banco Central, a fim de aprimorar e ampliar as regras do risco socioambiental, estabeleceu normas detalhadas e instituindo diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicável às instituições financeiras, bem como determinou a obrigatoriedade de uma política voltada ao RSAC com escopo mais abrangente, pautado nas Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945/2021, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), e que tem como principais conceitos:

- Risco Social:** definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum;
- Risco Ambiental:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- Risco Climático:** Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:

I - Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

II - Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Risco Cibernético

Decorre da possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra a infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, afetando a integridade, confidencialidade e disponibilidade.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

Gestão de Capital

O monitoramento do Capital no Conglomerado Banese é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado horizonte de tempo, a fim de realizar um planejamento de capital efetivo, possibilitando a realização de ações preventivas e planejamento corretivo dos desvios. As projeções são documentadas no Plano de Capital, sendo monitoradas e reportadas mensalmente à Alta Administração, Comitê de Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutária.

O Gerenciamento de Capital possibilita a monitoração dos limites mínimos exigidos pelo regulador, os indicadores apurados e os limites mínimos definidos na Declaração de Apetite a Riscos e Plano de Capital.

No tocante à exigência mínima de capital, estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde aos Índices de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigatórios, capazes de manter os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais. A referida política encontra-se disponível no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br). Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – APAS.

Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese possui metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam traçar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, minimizando o risco de perda para a Instituição. Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em notas de risco, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre que necessárias.

Em referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da facilidade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais relacionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese expostas ao risco de crédito são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento, correspondendo a cerca de 77,64% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco. Destaca-se ainda que cerca de 97,1% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haja vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

	Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
- Operações de crédito	3.254.264	3.066.457
- Outros títulos com característica de concessão de crédito	737.656	665.243
- TVM	1.585.027	1.460.226
- Depósitos Interfinanceiros	767.850	1.261.446
- Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285

Risco de Liquidez
O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado, demonstrando que a Instituição apresenta uma situação de liquidez capaz de honrar suas obrigações no curto e longo prazo, tanto em cenário de normalidade quanto de estresse.

Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição

global aos riscos em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, objetivando estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese encontra-se em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial

durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma "mudança de estimativa", de acordo com o "CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

Características do plano de previdência dos empregados do Banese

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, por tempo de contribuição, suplementação de pensão e abono-anual, pecúlio por morte, aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado e de contribuição definida

O Banese mantém dois planos previdenciários para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. (a) O Plano SERGUS BD, cujo processo de Saldamento Universal foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado - PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor patrimonial da quota patrimonial, não representando riscos atuariais para o Banese.

Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios e a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, <https://portalsegus.banese.com.br/>

Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadequadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez e que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital,

mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM (Asset and Liability Management), que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

Premissas atuariais

Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez - TASA 1927; tábua de rotatividade - nula.

Premissas Econômicas:

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 6,1867% a.a.; taxa de inflação futura 3,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações	891.894	921.122
Valor justo dos ativos do plano	(915.015)	(913.654)
Deficit/Superávit Atuarial	(23.120)	7.468
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo					Total
	Até 1 Ano	Entre 1 e 2 Anos	Entre 2 e 5 Anos	Acima de 5 Anos		
Plano PBSS	70.922	71.464	213.248	1.716.310		2.071.944

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Passivo atuarial líquido anterior	7.468	43.549
Despesa do exercício	685	3.235
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(31.273)	(39.316)
Passivo atuarial líquido integral	(23.120)	7.468
Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	921.122	1.039.666
Custo dos juros	84.532	77.220
Benefícios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	(61.675)	(154.067)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	(71.050)	(212.852)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	9.375	58.785
Valor presente da obrigação	891.894	921.122

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	913.654	996.117
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	83.847	73.985
Benefícios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(30.402)	(114.751)
Valor justo dos ativos do plano	915.014	913.654

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Juros sobre a obrigação atuarial	83.591	77.220
Rendimento dos ativos do plano	(85.758)	(73.985)
Juros sobre o efeito do teto do ativo	2.167	-
Despesa líquida do período/Juros sobre	-	3.235

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Títulos de renda fixa	90%	90%
Títulos de renda variável	6%	6%
Imóveis	3%	3%
Empréstimos	1%	1%

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo		
	Taxa de Juros de 6,1867%a.a	Taxa de Juros de 7,1867%a.a	Taxa de Juros de 5,186%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2022	891.894	805.353	996.183

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Período	75.512	83.739
Passivo Atuarial - ORA	(9.596)	24.463
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	4.318	(11.008)
Total do Resultado Abrangente	70.234	97.194

a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saúde e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a seguir:

Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(14.799)	(15.592)	-	-
Controladores	(164.355)	(199.816)	-	-
Pessoal chave da administração	(55)	(104)	-	-
Depósitos a prazo				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(10.620)	(8.538)	(2.221)	(2.509)
Controladores	(411.747)	(552.125)	(121.073)	(5.785)
Pessoal chave da administração	(1.308)	(1.437)	(131)	(65)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(8.806)	(8.777)	-	-
Operações de Crédito				
Pessoa Física (3)	(3.947)	(2.613)	-	-
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(4.150)	(3.000)	-	-
Outros créditos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(81.486)	(70.990)	-	-
Estado de Sergipe	(23.067)	(17.630)	-	-
Investimentos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(99.808)	(116.703)	(16.895)	(5.277)
Outras despesas operacionais (1)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(53.274)	(15.562)
Outras receitas operacionais (2)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(36.948)	(7.923)

(1) Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.

(2) Refere-se a receita de desconto concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.

(3) Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010. Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- I. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária - AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
Benefícios de Curto Prazo				
Remuneração	4.469	3.909		
Encargos Sociais	1.194	1.069		
Benefícios Pós-emprego				
Plano de Previdência Complementar	169	145		
Total	5.832	5.123		

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 131, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693/2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º.

Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- As pessoas jurídicas:
 - a) Com participação qualificada em seu capital;
 - b) Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;
 - c) Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária;
 - d) Que possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2.500 (R\$ 2.500 - 31.12.2021).

b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 72 (R\$ 76 - 31.12.2021).

c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido	75.512	83.739
Eventos não recorrentes	(13.378)	(6.600)
Receita com Juros Passivo Atuarial	-	(9.583)
PEA - Programa de Estímulo à Aposentadoria	-	1.966
PEA - Efeito fiscal	-	(983)
FCVS - Efeito líquido (7)	(13.378)	-
Lucro Líquido Recorrente	62.134	75.139

e) Covid-19

O Banese continua reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a constante observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados.

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 16 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Helom Oliveira da Silva Presidente	Aléssio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Luciano Corqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia	Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços
Lea Selmar Almeida de Matos Diretora Administrativa	Érika de Lima Cunha Contadora - CRC-SE - 8.437/0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco do Estado de Sergipe S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco") identificadas como Banese Múltiplo e Banese Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Relatório de Desempenho 2022

Pode Contar  **Banese**

Abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

Abordagem de auditoria

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em

relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Informações contábeis consolidadas

Essas informações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que serão apresentadas separadamente pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. e sobre as quais emitiremos relatório de auditoria independente.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/0

Renato Nantes
Contador CRC-1R/115529/0-7

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banese foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. Tem as suas atribuições definidas na Lei 13.303, de 2016, na Resolução CMN 4.910, de 2021, no Estatuto Social do Banese e no seu Regimento Interno.

O Comitê tem, entre as suas atribuições: (i) o monitoramento e a avaliação da adequação e da efetividade das atividades de auditorias interna e independente; (ii) a supervisão da efetiva independência do auditor independente; (iii) a efetividade e a integridade dos mecanismos de controles interno e de gerenciamento de riscos; (iv) a revisão das demonstrações financeiras e das demais informações divulgadas pelo Banco; (v) a avaliação e o monitoramento das exposições a riscos das empresas do Conglomerado Banese; (vi) o acompanhamento da consistência da política, das práticas e dos procedimentos contábeis; (vii) o monitoramento das condições e dos limites das operações com partes relacionadas; e (viii) o monitoramento da efetividade dos mecanismos de transparência das informações sobre a situação patrimonial, financeira e operacional do Banese.

Atividades Desenvolvidas

No segundo semestre de 2022, o COAUD realizou 18 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, abrangendo vários temas) além de várias interações com as áreas que realizam atividades inseridas entre as suas atribuições com a participação dos executivos do Banese, e dos responsáveis pela execução das atividades, bem como reuniões periódicas com os auditores independentes - Ernest Young Auditores (EY), visando a uma melhor compreensão sobre a evolução das operações e dos negócios do Banese e dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos e do capital do Banco. Nessas reuniões o COAUD, além de procurar obter informações e de promover discussões sobre os assuntos de seu interesse fez explanações sobre os resultados de seus trabalhos no semestre. O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas que considera os mais relevantes frente às suas atribuições, além de outros:

- Discussão sobre as principais conclusões na revisão das Demonstrações Financeiras Trimestrais com data-base de 30.9.2022 e anual com data-base de 31.12.2022, em BRGAAP e em IFRS;
- Acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT 2022), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados das auditorias internas, bem como do escopo dos trabalhos realizados, considerando, principalmente, aqueles constantes do planejamento anual;
- Monitoramento do gerenciamento dos riscos a que o Banco e as empresas controladas estão expostos (Resoluções CMN nºs. 4.557, de 2017, e 4.945, de 2.021), bem como da aderência

dos indicadores de riscos aos limites de tolerância constantes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovada pelo Conselho de Administração;

- Acompanhamento dos planos de ação para correção e para aperfeiçoamentos em decorrência de apontamentos do Auditor Independente e da Auditoria Interna, bem como de apontamentos ou de recomendações de reguladores, especialmente Bacen, CVM e TCE-SE;
- Acompanhamento das respostas e do tratamento do incidente PIX ocorrido em 2022;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de reclamações de clientes recebidas na ouvidoria do Banese, do Banco Central e de outras organizações e órgãos do setor público e privado;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de denúncias recebidas no Canal de Denúncias do Banese, especialmente aquelas inseridas na alçada de atuação do COAUD nos termos da Resolução CMN nº 4.910 (erro que comprometa a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, fraude relevantes de colaboradores do Banese e fraude de qualquer valor perpetrada por administrador);
- Discussão sobre os controles e os registros contábeis e os procedimentos da Administração com vistas à novação e à monetização dos direitos de crédito com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS);
- Compreensão das principais questões sobre o gerenciamento de riscos a que o Banese e as demais empresas do Conglomerado Banese estão expostas e acompanhamento da evolução do ambiente de controles internos, com especial atenção para a segurança cibernética, para a continuidade dos negócios e para a prevenção a fraudes em meios de pagamento (Resolução Bacen nº 142, de 2021); e
- Acompanhamento da execução dos planos de ação para o cumprimento das fases do Open Finance.

Por todo o exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas do Banese responsável pelos assuntos contábeis e pelos controles internos o parecer emitido pelos auditores independentes, sem qualquer ressalva, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria Estatutário tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, concluiu que as Demonstrações Financeiras do Banese referentes a 2022, em BRGAAP e em IFRS, atendem aos requisitos de qualidade e de integridade, razão pela qual recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Aracaju, 15 de fevereiro de 2023.

Corinto Lucca Arruda
Coordenador

Luis Carlos Spaziani
Membro Titular

Marcello Joaquim Pacheco
Membro Titular

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Helom Oliveira da Silva
Presidente

Ademário Alves de Jesus
Diretor de Crédito e Serviços

Alessio de Oliveira Rezende
Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos
Diretora Administrativa

Luciano Cerqueira Passos
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia



VOCÊ FAZ O FUTURO. E com o Banese, ele começa hoje.

Banese
Pode Contar